GOLPES DE ESTADO MIDIÁTICOS NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS DE HONDURAS, PARAGUAI E BRASIL[1]

Marcos Maurício Alves da Silva [2]
Luisa Orselli Vidal[3]
Guy Pinto de Almeida Jr.[4]

RESUMO

Nos últimos anos, vêm acontecendo na América Latina golpes pseudolegais contra presidentes democraticamente eleitos. Michael Löwy (2016) afirma que a prática do golpe de Estado parecer legal é a nova estratégia das oligarquias latino-americanas. Golpes que, segundo o autor, foram testados em Honduras e no Paraguai e, em 2016, orquestrado no Brasil. Em 2009, o presidente hondurenho Manuel Zelaya é retirado do cargo com o apoio da Corte Suprema do país e do Exército local. Em 2012, algo semelhante acontece no Paraguai, com o Legislativo paraguaio depondo o presidente Fernando Lugo. Em 2016, no Brasil, a presidenta Dilma Rousseff também foi retirada do cargo depois de um processo de impeachment pelo congresso. Em todos os casos citados percebem-se semelhanças diversas e uma delas é a que será analisada neste trabalho. Procuramos mostrar como parte da mídia mais tradicional dos três países (Honduras, Paraguai e Brasil) trata os diferentes casos de impedimentos dos presidentes mencionados. Procuramos ver regularidades (Foucault, 2008) que possam nos levar a perceber como foi construída discursivamente a impossibilidade de

[1]Trabalho adaptado do que foi apresentado no XXXI Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS).
[2]Professor da ESPM (SP)
[3]PUC-SP
[4]ESPM-SP

governabilidade pelos presidentes impedidos. Assim sendo a mídia passa a ter um papel fundamental na construção do acontecimento. Segundo Guilhaumou e Maldidier (1986) o acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Segundo os autores o acontecimento é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em determinado momento. Já para Charaudeau (2009) o acontecimento é definido, ora como todo fenômeno que se produz no mundo, ora de maneira restrita como todo fato que está fora da ordem natural. Assim sendo, ora se defende a ideia de que o acontecimento é um dado da natureza, ora que ele é provocado. Aqui mostramos os editoriais dos jornais selecionados como constructo do acontecimento e os analisamos de maneira a encontrar regularidades com o intuito de perceber, nas vozes selecionadas pelos editoriais posicionamentos, sentidos e efeitos de discurso (ORLANDI, 2007), que nos mostram como os golpes pseudolegais são validados por parte da grande mídia dos países estudados. Como metodologia selecionamos para a análise, de cada um dos países, dois dos principais jornais, a saber: Honduras (El Heraldo e El Tiempo); Paraguai (ABC Color e Última Hora) e Brasil (Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo) e de cada um deles o Editorial do dia da deposição ou o dia subsequente. Dessa forma, podemos analisar o posicionamento dos jornais com relação ao tema e perceber se há regularidades discursivas, temáticas e semânticas na maneira como essa grande mídia se posiciona com relação ao acontecimento estudado.

Palavras-chave

Golpe midiático; regularidades; acontecimento

ABSTRACT

In recent years, pseudo-legal coups against democratically elected presidents have been taking place in Latin America. Michael Löwy (2016) says that the practice of the coup seems legal is the new strategy of the Latin American oligarchies. Coups that, according to the author, were tested in Honduras and Paraguay and, in 2016, orchestrated in Brazil. In 2009, Honduran President Manuel Zelaya was removed from office with the support of the country's Supreme Court and the local army. In 2012, something similar happens in Paraguay, with the Paraguayan Legislative deposing President Fernando Lugo. In 2016, in Brazil,

the president Dilma Rousseff was also removed from office after a process of impeachment by the Congress. In all of the cases mentioned, several similarities are perceived and one of them is the one that will be analyzed in this work. We try to show how the most traditional media of the three countries (Honduras, Paraguay and Brazil) treat (ou treated) the different cases of impediments of the mentioned presidents. We seek to see regularities (Foucault, 2008) that may lead us to perceive how discursively the impossibility of governability was constructed by the impeded presidents. Thus, the media has a fundamental role in the construction of the event. According to Guilhaumou and Maldidier (1986) the discursive event is not confused with the news, nor with the fact designated by the power, not even with the event constructed by the historian. According to the authors the event is apprehended in the consistency of statements that intersect at a given moment. For Charaudeau (2009) the event were defined, as any phenomenon that occurs in the world, now in a restricted way as any fact that is outside the natural order. Thus, the idea is defended that the event is a given of nature, now that it is provoked. Here we show the editorials of selected newspapers as the construct of the event and analyze them in order to find regularities in order to perceive in the voices selected by editorials the positioning, meanings and effects of discourse (ORLANDI, 2007), which show us how pseudo-legal are validated by the mainstream media in the countries studied. As methodology, we selected two of the main newspapers for each of the countries: Honduras (El Heraldo and El Tiempo); Paraguay (ABC Color and Last Hour) and Brazil (Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo) and each of them the Editorial of the day of deposition or the day after. In this way, we can analyze the positioning of the newspapers in relation to the subject and to see if there are regularities, discursive, thematic and semantic in the way in which this media stands in relation to the event studied.

Keywords

media coup; regularities; event

I. Introdução

No presente artigo procuramos compreender como a mídia de alguns países latino-americanos, que sofreram golpes de Estado nos últimos anos, influenciou para justificar a legalidade dos processos de impedimento dos presidentes

democraticamente eleitos. Em especial, nos centramos nos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016).

Nosso objetivo é mostrar as regularidades temáticas e enunciativas em seis editoriais (dois de cada país) que foram publicados em jornais de grande circulação, nos dias do impedimento dos presidentes Zelaya, Lugo e Dilma.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa mais ampla que desenvolvemos sobre a mídia nos países latino-americanos com relação ao tratamento dado sobre os golpes de Estado recente. Outras análises já realizadas englobam: músicas sobre a mídia golpista; manifestações X cobertura jornalística e vozes oficiais e oficiosas estrangeiras, em jornais brasileiros, sobre o golpe de 2016.

II. Aspectos históricos: antecedentes e golpes

Nos últimos anos, vêm acontecendo na América Latina golpes contra presidentes democraticamente eleitos, que poderíamos considerar como pseudolegais, neogolpes, golpes institucionais, parlamentares, midiáticos ou ainda com outras terminologias que ajudam a explicar o descalabro pelo que estamos passando nos últimos tempos em vários países da América Latina.

Michael Löwy (2016) afirma que a prática do golpe de Estado parecer legal é a nova estratégia das oligarquias latino-americanas. Golpes que, segundo o autor, foram testados em Honduras e Paraguai e, em 2016, orquestrado no Brasil.

Antecedentes

- Em 2009, o presidente hondurenho Manuel Zelaya é retirado do cargo com o apoio da Corte Suprema do país e do Exército local;
- Em 2012, algo semelhante acontece no Paraguai, com o Legislativo paraguaio depondo o presidente Fernando Lugo;
- Em 2016, no Brasil, a presidenta Dilma Rousseff também foi retirada do cargo depois de um processo de impeachment pelo congresso com sustentação do judiciário e apoio de grande parte da mídia brasileira.

Em todos os casos citados percebem-se semelhanças diversas e uma delas é a que será analisada mais profundamente neste trabalho, o posicionamento da grande mídia. Antes, porém, vamos conhecer um pouco mais do processo histórico (e quase teatral em alguns casos) que culminou nos três golpes aqui analisados.

Primeiro ato: Honduras

Em Honduras, em 2009, Manuel Zelaya, o presidente democraticamente eleito, que tentou realizar algumas modestas reformas, foi derrubado com uma intervenção pseudolegal da Corte Suprema, com o apoio do Exército (Löwy, 2016)

O caso do Golpe de Estado que resultou na queda do presidente Manuel Zelaya em Honduras parece mais um capítulo de um livro de realismo fantástico, gênero literário tão apreciado na América Latina, que muitas vezes se confunde com a própria história da região. Na manhã de 28 de junho de 2009, Zelaya foi retirado de sua residência, ainda de pijamas, pelo exército em cumprimento de um mandado de prisão emitido pelo Poder Judiciário do país centro-americano. Começava ali a narrativa de mais um golpe de Estado na América Latina, dessa vez com as roupagens do século XXI (Huertas, 2014).

Para compreender melhor o contexto hondurenho, é necessário retornarmos ao início do século XXI. Nesse período, importante para compreensão do momento contemporâneo vivido na América Latina como um todo, dada a ascensão de governos populares de esquerda e centro-esquerda, com forte base nos sindicatos e movimentos populares, ocorre uma mudança na forma de relação entre os governos, a população e a força produtiva industrial e financeira de alguns desses países. Brasil, Venezuela, Argentina, Paraguai, Equador e Honduras são alguns dos casos que comprovam a tese de mudanças (algumas ainda bastante incipientes).

A situação de Honduras é um tanto mais complexa, com os devidos elementos da literatura fantástica mencionada acima. O país parece ser um laboratório dos novos golpes do século XXI. Em Honduras, os golpes são comuns, em média, a cada dois anos eles ocorreram, desde sua independência da corte espanhola em 1821. A novidade é que com o caso Zelaya a comunidade internacional parece ter dado certa atenção ao caso. E, além disso, o golpe parece ter ensinado o "caminho das pedras" para as elites latino-americanas em outros golpes posteriores.

Em 2005, Zelaya chegou ao poder pelo Partido Liberal, tradicionalmente visto no país como um partido de direita porém, durante seu mandato alinhou-se à esquerda, em especial ao movimento 'Socialismo do Século XXI', inaugurado e, sobremaneira, liderado nas Américas pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, promovendo reformas sociais, o que desagradou a elite conservadora do país centro-americano.

Dentre as medidas nada conservadoras, tampouco neoliberais, tomadas por Zelaya, podemos citar: o aumento de 60% no salário mínimo no final de 2008[5], a freada nas privatizações das estatais do país e a imposição às emissoras de rádio e televisão em transmitir programas do governo.

Esta última medida é chave para a compreensão do golpe. Ao observarmos o âmbito midiático hondurenho, assim como suas relações históricas com as elites conservadoras, temos uma noção de como era a relação de Zelaya com a mídia. Haja vista que o presidente usava o horário dos programas governamentais para publicizar notícias oficiais que contradiziam o noticiário da imprensa.

O estopim para o decreto de prisão seria a decisão de Zelaya em convocar uma consulta pública, com intuito de saber a opinião popular para estabelecer uma quarta urna nas eleições que se realizariam em novembro daquele ano. Esta quarta urna promoveria uma reforma constitucional, a qual um dos pontos seria a possibilidade de reeleição presidencial. Este fato foi tido na opinião pública hondurenha como uma tentativa de "perpetuação no poder", algo muito parecido com o que a mídia venezuelana falava em relação ao presidente Chávez (Lizón, 2016).

Em 23 de junho, o Congresso aprovou uma lei que rejeitava a realização do referendo, com base no artigo 5º da Constituição Hondurenha que enuncia que essa só poderia ser organizado pelo Poder Judiciário e aprovada por dois terços do parlamento. Assim, Zelaya teria infrigido o código penal e estaria enquadrado como traidor da pátria. O Tribunal Supremo Eleitoral e o Exército consideram também consideraram a consulta ilegal.

Diversas idas e vindas decorreram até a queda em definitivo do presidente. O processo envolveu os três poderes e o exército num festival de mandos e desmandos, no qual o chamado Quarto Poder, a Imprensa, exerceu papel fundamental (InterAmerican Commission on Human Rights. 2009).

Vale mencionar que os maiores meios de comunicação do país, assim como em grande parte da América Latina, são controlados por ricas famílias com forte influência política, desses, podemos citar os jornais *El Heraldo*, de propriedade de Jorge Canahuati Larach (empresário do ramo armamentista e de medicamentos) e *El Tiempo,* de Jaime Rosenthal Oliva Tiempo (empresário, banqueiro e secretário geral do Partido Liberal). Os editoriais hondurenhos aqui analisados serão destes dois jornais.

[5]Disponível em http://www.laprensa.hn/honduras/580348-97/gobierno-decreta-salario-minimo-en-5500-lempiras. Acesso em 31 de agosto de 2017.

Segundo ato: Paraguai

A história das duas primeiras tentativas de impeachment no Paraguai estão interligadas e têm um personagem em comum: o general Lino Oviedo. Em 1993 Juan Carlos Wasmosy assumiu o poder como primeiro presidente civil eleito no país. Seu mandato foi marcado por desentendimentos com o general Oviedo, que, em 1996, articulou um golpe militar contra Wasmosy.

Oviedo tentou se candidatar à presidência em 1998 pelo Partido Colorado, porém um mês antes da eleição, foi condenado a dez anos de prisão em razão da tentativa de golpe militar contra Wasmosy dois anos antes. Seu companheiro de chapa, Raúl Cubas, saiu como candidato a presidente em seu lugar tendo como vice, Luís Maria Argaña, um rival de Oviedo dentro do Partido Colorado. Cubas venceu as eleições em 1998 e prometeu rever a condenação de Oviedo.

Logo que assumiu como presidente do Paraguai, Cubas absolveu seu padrinho político, Oviedo e, em março de 1999, seu vice Argaña, foi assassinado em uma emboscada por homens armados. Oviedo e Cubas foram responsabilizados pela oposição pela morte do vice. Dois dias depois a Câmara aprovou abertura do processo de impeachment contra Cubas, acusado pela Corte Suprema de Justiça de ter violado a Constituição ao libertar o general Oviedo (SOUTO, 2012).

O processo seria julgado no Senado em uma semana, porém com protestos e mortos envolvidos, Cubas renunciou um dia antes de ser julgado no Senado. O presidente do Senado, Luis Ángel González Macchi, presidente do Senado, assumiu a presidência do Paraguai e colocou fim à crise política, conhecida como "Marzo Paraguayo". Após um período asilado no Brasil, Cubas retornou ao Paraguai em 2002.

No início de 2003, Macchi foi alvo de um processo de impeachment por corrupção, acusado de lavagem de dinheiro, suborno e desvio de verbas públicas. A votação do processo teve 25 votos a favor, 18 contra e uma abstenção – eram necessários 30 votos para destituir o presidente.

Depois dessa onda de instabilidade, o Paraguai se viu em outro cenário político caótico. Em 2012, o presidente Lugo foi acusado de apoiar movimentos camponeses e deposto pelo Senado (LÖWY, 2016) também foi impedido de terminar seu mandato. O processo, que durou pouco mais de 24 horas, foi considerado legítimo pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ilegítimo pela Comissão Interamericana de Direito Humanos, o que gerou uma crise diplomática internacional com os países da América do Sul (LLANO, 2012).

O caso se iniciou após o confronto entre policiais e um grupo de camponeses sem-terra que invadiram uma fazenda em Curuguaty. Houve confronto no qual 18 pessoas morreram. O Congresso paraguaio utilizou essa ação para destituir Lugo do poder. Em 21 de junho de 2012, a Câmara dos Deputados votou a procedência do impeachment com 79 votos a favor, um contra e três ausências. No dia seguinte, o resultado no Senado foi de 39 votos a favor e quatro contra. Após 30 horas da abertura do processo de impedimento, Lugo foi destituído "por mal desempenho de suas funções, por delitos cometidos no exercício de seus cargos, ou por delitos comuns" e seu vice-presidente, Frederico Franco, rompido com Lugo, assumiu a presidência do país. Alguns veículos de imprensa, como os que analisamos mais adiante, justificaram a legalidade do processo (SOUTO, 2012).

Brasil: ato final?

O mais recente dos golpes aqui estudado é o caso brasileiro. Em 2016, a presidenta Dilma Rousseff é afastada do poder pela Câmara dos deputados e depois impedida de continuar seu mandato em sessão no Senado presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Roberto Lewandowski. A alegação para seu afastamento foi ter cometido "pedaladas fiscais". Luis Felipe Miguel em seu artigo *A democracia na encruzilhada* (2016) afirma que o golpe "foi desferido a jato" (2016, p.35), no entanto, preparou-se durante anos a deslegitimação dos governos eleitos. No caso de Dilma, desde o primeiro momento após as eleições de 2014 a palavra impeachment começou a ganhar forma. A derrota nas urnas deixou a elite econômica e midiática em desespero e juntaram forças cooptando a classe média para conseguir de alguma maneira tirar Dilma e o PT do governo.

Com a queda de Dilma, o vice Michel Temer assume o governo e, assim o golpe ainda segue em curso e parece uma história de horror para os mais pobres do país. Perda de direitos, perda de possibilidades e, sobretudo, perda, para todo o país, de uma democracia. A mídia brasileira, juntamente com o legislativo e o judiciário montaram uma grande farsa que culmina com a saída da presidenta e com a possibilidade de salvaguardar a elite política que tomou o poder.

Sobre o golpe no Brasil é importante frisar que como assegura Semer (2016) "a cobertura da mídia ou a supervisão judicial não afastam, de per si, a ideia de ruptura" (Semer, 2016, p. 113). E ainda o autor explica que em um golpe sem armas, sem tanques nem baionetas, judiciários e imprensa são de fato os principais instrumentos de legitimação. Como poderemos ver na última parte deste

trabalho a mídia não só brasileira parece ter esse papel, mas também a de outros países com processos de impedimento de seus presidentes na América latina atualmente.

Van Dijk (2016), em um trabalho que desenvolveu em 2016 sobre editoriais de O Globo do Rio, explica como o jornal carioca usa de estratégias de manipulação para transformar a presidenta com um dos maiores índices de aprovação da história brasileira numa pária política. Nesse trabalho o autor afirma:

> En otras palabras, con un poco más de ayuda de sus amigos en los medios de comunicación, las élites ricas, blancas, y conservadoras, se han convertido también en las élites políticamente dominantes. Su "golpe constitucional" ha sido un gran éxito. Bajo la protección de la libertad de prensa, el discurso, las palabras y las imágenes pueden ser a veces más eficientes que las armas si se abusa de tal libertad, y, por lo tanto, de tal poder. (Van Dijk, 2016).

Dessa forma, podemos ver, ao longo desta parte do trabalho como a mídia e os interesses de uma oligarquia hondurenha, paraguaia e brasileira destituem presidentes democraticamente eleitos sem importa-se com as consequências que poderiam vir de tais fatos.

III. Metodologia

Procuramos mostrar como parte da mídia mais tradicional dos três países trata os diferentes casos de impedimentos dos presidentes mencionados. Procuramos ver regularidades (Foucault, 2008) e os processos enunciativos (Fanjul, 2002) que possam nos levar a perceber como foi construída discursivamente a impossibilidade de governabilidade pelos presidentes impedidos. Para isso escolhemos editoriais dos jornais *El Tiempo* e *El Heraldo* (Honduras); *ABC Color* e Última Hora (Paraguai) e *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* (Brasil). A escolha dos editoriais se deu para trazer a visão institucional destes meios de comunicação, que são os que de maior circulação em cada um dos países. Selecionamos os editoriais que tratavam sobre a saída dos presidentes nos dias anteriores, posteriores ou no próprio dia da destituição, por isso nem todos são exatamente da data da saída, pois em alguns casos os editoriais desses dias tratavam de outros assuntos.

Datas de cada um dos editoriais:

- Honduras – ***El Tiempo*** (30/06/2009) e ***El Heraldo*** (28/06/2009)
- Paraguai – ***ABC Color*** (23/06/2012) e ***Última Hora*** (27/06/2012)
- Brasil – ***Folha de S.Paulo*** (01/09/2016) e ***O Estado de S.Paulo*** (01/09/2016)

IV. As regularidades sintático – enunciativas, temáticas e lexicais

Na última parte deste artigo, buscamos mostrar como os editoriais analisados aqui trazem uma série de regularidades, ou seja, parece haver uma forma de enunciar sobre o acontecimento que aqui estudamos: os impedimentos (golpes) de presidentes. Segundo Fanjul (2002), "a combinação de unidades léxicas com variações aspectuais, modais, encenação de personagens, embreagem de interlocutores, é ela mesma investidora de sentido" (p.40). Procuramos então mostrar como estes sentidos aparecem enunciados nos editoriais.

A primeira regularidade que trataremos será temática. Alguns temas eram constantes nos editoriasa saber: a legalidade do processo de impedimento dos presidentes, o futuro e a esperança.

Sobre a legalidade do processo de impedimento dos presidentes, conseguimos verificar que a maior parte dos editoriais trata o trâmite no processo legislativo como legal, ou seja, dentro das normas legais vigentes nos países. Em nenhum dos casos o jornal discute que o processo parecer legal é diferente do processo ser ético ou dos motivos outros que poderiam ter sido a causa do golpe, simplesmente o que se percebe é que o jornal assume o ponto de vista da oposição e tenta justificar o caso de os presidentes terem sido tirados de seus cargos. Em nenhum dos casos analisados a palavra *golpe* é mencionada, nem mesmo como uma forma de negar ou combater os que defendem essa tese. Vejamos como os editoriais apresentam essa legalidade (grifos nossos):

El Heraldo – Honduras

- ***No hay duda que el gestor de la crisis es el presidente Manuel Zelaya. Fue electo por un partido político de derecha y pretende ser un líder de izquierda****. Se apartó de las estructuras que lo llevaron al poder; ha desconocido el orden establecido, contraponiéndose a la Constitución vigente y desafiando a los otros dos poderes del Estado (...)* ***son los defensores de la actual Constitución*** *los que más posibilidades tienen de ganar la partida.*

ABC Color – Paraguay

- *La situación de expectativa generada por la decisión de los legisladores de someter al presidente Fernando Lugo a juicio político fue, finalmente,*

***resuelta de un modo ordenado, pacífico y respetuoso de la legalidad**, la institucionalidad y los esenciales criterios de equidad que deben presidir procesos tan delicados como el que acaba de ser llevado a buen término.*

- Folha de S.Paulo – Brasil
- O processo decorreu em estrita obediência à Constituição, assegurado amplo direito de defesa e sob supervisão de suprema corte insuspeita.

Como podemos ver em *El Heraldo* a "culpa" pelo processo ter sido instaurado é do próprio presidente que ao ser eleito por um grupo de direita passa a implementar políticas ditas de esquerda e isso só será resolvido, segundo o editorial, pelos defensores da atual Constituição, os que naquele momento faziam a oposição ao presidente e o tirariam do poder. *ABC Color* do Paraguai é ainda mais assertivo ao enunciar a legalidade de todo o processo de impedimento de Lugo, mostrando que o legislativo comandou de forma pacífica e ordenada todo o trâmite do impedimento. A adjetivação do editorial só enaltece o processo e os que o levaram a cabo concluindo que o procedimento teve um desfecho com *"buen* término", ou seja, quase um final feliz, segundo o ponto de vista do *ABC Color*. De forma similar, a *Folha de S.Paulo* deixa explícito que o processo seguiu os trâmites legais em obediência à Constituição vigente e ainda adjetiva a suprema corte para dar ainda mais o ar de legalidade de todo o processo. Em nenhum momento os editoriais apontam diretamente que há vozes discordantes sobre o processo, o faz de forma indireta e não proposital, pois ao ter que enunciar de maneira tão contundente a legalidade, ficam implícitas outras vozes não mostradas.

Outra das regularidades encontrada nos editoriais é o **futuro**, visto sempre como promissor e melhor do que o presente, pois será diferente. O editorial de *El Tiempo* de Honduras parece mostrar um ponto de vista diferente. Vejamos os exemplos (grifos nossos):

El Tiempo – Honduras

- *Ante la consumación de tanto atropello y la contundente condena mundial, el pueblo hondureño debería preguntarse:* ***Y luego, ¿qué?***

ABC Color – Paraguay

- *ABC Color desea al presidente Federico Franco el mayor de los éxitos en su misión, en bien de todos (...) De su gestión depende la recuperación* ***del optimismo y la esperanza*** *de que esta etapa política, la que hoy se inicia, sea tan luminosa como la que todo el* ***pueblo paraguayo anhela****.*

- O Estado de S.Paulo – Brasil
- *Pode-se estar perdendo o momento de deixar para trás um passado ignóbil e de projetar para o Brasil* ***um futuro generoso e próspero pelo qual anseiam os brasileiros*** *submetidos a tantos anos de incompetência e corrupção.*

Nos dois últimos casos podemos ver que há nesse "futuro promissor" uma generalização de todo o povo. Paraguaios e brasileiros desejam (até o verbo se assemelha nos dois editoriais *anseiam* e *anhelan*) um futuro melhor com mais luz e menos corrupção. No caso de Honduras o editorial deixa uma pergunta de incerteza com relação ao futuro, pois não se sabe ao certo o que virá. Será melhor? Será pior? Não se sabe. Diferentemente, nos casos anteriores (Brasil e Paraguay), mostra-se um povo desejoso desse futuro – que já se sabe – promissor.

Outra das regularidades encontradas nos editoriais é a **esperança**, que tem muita relação com esse futuro visto anteriormente e, neste caso, mais que só uma temática é também uma regularidade lexical, pois em dois dos editoriais a palavra *esperança* aparece diretamente nos textos. Vejamos (grifos nossos):

ABC – Paraguay

- *La destitución del presidente y el reconocimiento y admisión de esta decisión que el mismo afectado realizó, con actitud razonable y prudente, es un hecho que abre la puerta para reencauzar* ***nuestro rumbo político hacia nuevos horizontes con optimismo y fundadas esperanzas de mejor porvenir****. El nuevo presidente, Federico Franco, tiene una tarea ímproba por delante. Nada le será fácil, porque todo lo que queda por hacer o corregir es urgente.* ***De su gestión depende la recuperación del optimismo y la esperanza.***

O Estado de S.Paulo – Brasil

- *O impeachment de Dilma Rousseff, mais do que encerrar um período sombrio da história política do País,* ***deveria marcar o início de um tempo de esperança na definição e construção dos caminhos que poderiam levar o Brasil à pacificação política necessária à construção de seu futuro.***

Em ambos os casos, a saída dos presidentes trará ao país um otimismo e uma esperança de um futuro promissor e melhor. No caso de *ABC Color* há um agente que precisa atuar para que o país volte a recuperar esse otimismo e a esperança, no caso de *O Estado de S.Paulo* o simples fato de a presidenta ter sido destituída já deveria ser suficiente para o início deste tempo de esperança. Não serão necessários outros agentes, pois com a saída de Dilma *"o tempo sombrio acaba"*.

Passamos agora a última parte de regularidades estudadas e trataremos de uma regularidade enunciativa. Ducrot (2001) em *El decir y lo dicho* afirma que:

> (...) el *por fin*, no sirve solamente para señalar que cierto hecho constituye el término de un desarrollo cronológico. El *por fin* posee, además, un valor exclamativo, a que es la interjección de alguien que se libera de pronto de una larga espera; a través de él oímos el suspiro de un enunciador a quien la interjección le ha sido "arrancada" por la situación. (Ducrot, O. El decir y lo dicho, 2001,p. 269)

Nos dois próximos enunciados selecionados podemos perceber que uma expressão análoga a *por fin* aparece tanto em um dos jornais brasileiros como em um do Paraguay. Em ambos casos, a expressão se encontra no primeiro parágrafo do texto o que nos mostra desde o principio este outro enunciador, esta voz que, como assevera Ducrot, parece ter sido "arrancada". Há, nos dois exemplos abaixo, uma interjeição de alívio, poderíamos até dizer que de felicidade. A saída dos presidentes, legitimamente eleitos, dado por um golpe, se mostra nestes enunciados como uma espécie de regozijo, a saber (grifos nossos)

Folha de S.Paulo – Brasil

- *Consumou-se, **enfim**, o impeachment de Dilma Rousseff (PT). Por 75% dos votos, o Senado tornou definitivo o afastamento da presidente determinado em 17 de abril pela Câmara, na qual 71% dos deputados haviam votado por suspender a mandatária e levá-la a julgamento –ambas maiorias superiores aos dois terços exigidos em lei.*

ABC Color – Paraguay

- *La situación de expectativa generada por la decisión de los legisladores de someter al presidente Fernando Lugo a juicio político fue, **finalmente**, resuelta de un modo ordenado, pacífico y respetuoso de la legalidad, la institucionalidad y los esenciales criterios de equidad que deben presidir procesos tan delicados como el que acaba de ser llevado a buen término.*

V. Conclusões

Foi possível perceber ao longo do texto que nos golpes que aqui analisamos a mídia parece ter um papel fundamental, pois ela dá legitimidade ao processo de retirada de presidentes eleitos em seus países. Uma relação simbiótica entre mídia, judiciário, legislativo e classes dominantes sustentam essa ideia.

Esta legitimidade é necessária para que golpes como os que vimos (e continuamos vendo) na América Latina passem a impressão de normalidade. Os regimes autoritários raramente se mostram como tal. No geral, se transvestem de legais, se dizem como base de uma legalidade e de uma democracia em curso. Assim sendo, conseguem manter-se sem grandes manifestações populares contrárias ao *status quo*. O papel da mídia, então, passa a ser o de fingir isenção e de mostrar um mundo criado de pacificação e de sucesso econômico e social naquele futuro que desejam em contraponto ao mundo obscuro, cruel e corrupto que se vive com os governos que não agradam esta mídia oligárquica.

Jessé Souza em "A radiografia do golpe" (2016) explica que há uma ditadura do pensamento único na grande mídia brasileira. No entanto, neste trabalho podemos ver que parece haver este "pensamento único" não só na mídia brasileira, mas também na de outros países da América Latina. Souza (2016) também afirma que uma das funções desse grupo de "pseudojornalistas é a criminalização da esquerda e a perseguição seletiva de seus líderes".

Tanto nos editoriais de Honduras, Paraguay e Brasil que vimos ao longo do texto ficam claros os posicionamentos políticos-ideológicos dos mesmos. Quase sempre mostrando que o futuro sem Zelaya, Lugo ou Dilma será muito mais próspero e feliz do que esse presente macabro que se apresentava com ditos presidentes no poder.

Recebido em 30 de abril de 2018.
Aprovado em 25 de maio de 2018,

VI. Bibliografia

Barrachina Lisón, Carlos. (2016). DEMOCRACIA, POLÍTICA Y VIOLENCIA EN HONDURAS (2006-2014). *Península*, 11(1), 25-64. https://dx.doi.org/10.1016/j.pnsla.2016.01.002

Ducrot, O. (2001) *El decir y lo dicho.* Buenos Aires: Edicial.

Fanjul, A. (2002). *Português e espanhol: Línguas próximas sob o olhar discursivo*. São Carlos: Claraluz.

Foucault, M. (2008) *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

InterAmerican Commission on Human Rights. (2009). *Honduras: derechos humanos y golpe de estado.* OEA documentos oficiales.

Huertas, O., & Cáceres, V (2014). *Los golpes de Estado constitucionales en Latinoamérica: una amenaza emergente para el principio democrático*. Justicia Juris, 10(2), 28-35.

Llano, M., Nolte, D., & Weber, C. T. (2012). PARAGUAI: GOLPE OU VOTO DE DESCONFIANÇA. *Conjuntura Austral*, 4-17.

Löwy, M. (2016). Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: I. Jinkins, D. K, & M. Cletto, *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (pp. 63-70). São Paulo: Boitempo.

Miguel, L. (2016). A democracia na encruzilhada. In: I. Jinkins, D. K, & M. Cletto, *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (pp. 31-38). São Paulo: Boitempo.

Semer, M. (2016). Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário . In: I. Jinkins, K. Doria, & M. Cletto, *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (pp. 111-122). São Paulo: Boitempo.

Souto, C. V. (ago-set de 2012). A CRISE POLÍTICA NO PARAGUAI E O BRASIL Revista Conjuntura Austral. *Revista Conjuntura Austral, 3*(13), 7-16.

Souza, J. (2016). *A radiografia do Golpe - Entenda como e por que você foi enganado.* Rio de Janeiro: LeYa.

Van Dijk, T. (2016). Cómo el Globo manipuló la destitución de Dilma Rousseff. *Lenguaje, sociedad y comunicación*.